



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1392

Um resgate crítico das Forças Armadas no Chile

Rodolfo Sanches

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) – Unesp - Marília

Resumo. O presente texto tem por objetivo demonstrar as influências das correntes teórico-filosóficas na formação do ideário militar chileno. Parte deste estudo é de muita importância para observar quais os fundamentos estiveram sobressaltados na composição da idéia de *(re) fundação do país*, como era explicitado por Augusto Pinochet. É sabido por nós que as Forças Armadas no Chile sempre desempenharam um papel expressivo na vida política nacional. Desde subversões armadas até golpes de Estado reacionários. Este espectro pode ser observado na dinâmica existente na correlação de forças na década de 1920. O desenrolar da história se mostrou favorável a participação dos militares na vida política. O general Ibáñez, em 1927 e depois 1952, expressa com clareza a agitação sócio-política de que o Exército era parte. A ampliação dos quadros militares acoplado com o alargamento social das camadas médias possibilita a verificação de um embate intenso no interior da Instituição. Compreender os fundamentos centrais de uma corporação que se colocou como opção política para o País é parte do estudo para o entendimento de quais influências teórico-políticas o Exército sofreu e se podemos qualificá-lo como um *intelectual coletivo e orgânico* de destaque na disputa hegemônica chilena.

Palavras-chave: Forças Armadas chilena; disputas hegemônicas; intelectual orgânico

INTRODUÇÃO

Em todos os casos em que um pesquisador se põe a analisar um momento histórico de ricas possibilidades e caminhos de pesquisa, o que primeiro salta aos olhos é a necessidade de compreender que a *aparência* dos fenômenos não corresponde, intimamente, à sua *essência*. Fosse uma identificação natural não haveria o porque da existência mesma da *ciência*. Logo, partindo deste princípio muito caro à corrente marxista, tratemos de avaliar as condições em que se deu o Golpe de Estado civil-militar no Chile.

A correspondência que se tem, para Gramsci, entre as mediações do político, do social e do econômico é, para nós, um segundo pilar importante

para ericar quaisquer pesquisas. Trata-se do entendimento de que a busca pela *essência* dos fenômenos é também uma forma de *reconstruir* a história e, assim, de abrir novos flancos de utopia que possibilite o caminhar sempre em frente da classe proletária: aquela que ao libertar à si mesma, tende a libertar o conjunto social das amarras da exploração de classe.

Assim, quando nos debruçamos sobre o fatídico dia 11 de Setembro de 1973, na cidade de Santiago, imediatamente nos vem à cabeça a figura de Augusto Pinochet, então comandante-em-chefe das Forças Armadas, exigindo que Salvador Allende, presidente eleito pela Unidad Popular, entregasse o cargo em prol do "bom" funcionamento da democracia. Nota-se que aqui três elementos ficam evidenciados: 1) a participação direta das Forças Armadas na realização do Golpe de Estado; 2) a destituição de um governo socialista, que em muito pouco infringiu a Constituição; 3) um embate preciso e recortado acerca da concepção de democracia.

Os três fatores citados acima são, em nosso entendimento, o que se pode chamar de *aparentes*, pois que a *essência* dos fenômenos está muito mais enraizada e submergida na profunda vinculação de todos eles na esfera da luta de classes. Como não poderia deixar de ser, o passo seguinte do questionamento é: se o Golpe foi civil e militar, quem eram as forças sociais civis que impulsionaram-no e colaboraram para a execução? Os agentes são variados e as expectativas com o mesmo evento são distintas, mas o que se une todos eles é a questão *de classe*.

A Unidad Popular, naquele contexto histórico, representava o ápice da organização popular, sindical e revolucionária. O arranjo das forças progressistas, nacionalistas de esquerda e revolucionárias em torno de um projeto unificado possibilitou que a utopia socialista pudesse galgar mais concretude no terreno histórico da vida cotidiana, contrariando e questionando os pilares essenciais do *status quo* e da ordem moral burguesa: invoca-se o *planejamento econômico* para substituir a *mão invisível* do mercado; impulsiona-se a classe trabalhadora à tomar centralidade na *política em ato*, isto é, ter em suas mãos as rédeas da História; e, por fim, propõe-se uma nova

forma de sociabilidade que contraria a *meritocracia*, o *tradicionalismo* e a *naturalização da hierarquia* (de classe).

Enquanto oposição estrutural de classe, a burguesia estava plenamente consciente das propostas da outra classe social fundamental. O trajeto de constituição do projeto socialista, entificado, à duras penas e passíveis de muitas críticas, na Unidad Popular, não foi algo de curto prazo, mas foi fruto de um movimento histórico dos subalternos em consolidar um projeto *de classe* que dê vazão às demandas populares. Sendo assim, as respostas burguesas à este constructo são de diferentes intensidades e com variado grau de coesão teórico-prática. Ao longo do século XX, ao menos três tentativas de apresentar um *novo consenso* (que é interno, pois que agrega as frações burguesas em uma única ação, mas também externo, dado que visa "apassivar" a classe trabalhadora). Foram elas: a *Misión Kemmerer* (1927-1932), *Misión Klein-Sacks* (1955-1958) e os *Chicago Boys* (1956-1976). Vale a nota de que todos eles tiveram participação (quase) exclusiva de intelectuais que buscavam na teoria econômica ilações práticas para orientar a *ação de classe* burguesa.

Contudo, neste trabalho não faremos uma imersão na gênese teórica destas respostas burguesas à organização e ao projeto de classe do proletariado chileno. O nosso enfoque será o de compreender o papel desempenhado pelas Forças Armadas neste contexto mais amplo. O seu papel no momento do golpe nos parece evidente, como de fato o foi, mas quais as relações das Forças Armadas com as forças sociais civis? A intervenção armada foi fruto de uma resposta corporativa e institucional dos corpos militares? Ou estavam em conluio com as outras forças políticas existentes?

CONCREÇÃO E CONCEPÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS: APROXIMAÇÕES CONVENIENTES

Posto isto, temos claro que a forma como entendemos a concreção e formatação das Forças Armadas determina, em algum grau, a maneira como responderemos à duas perguntas centrais deste texto: os militares desempenharam papéis de *intelectuais orgânicos do capital* no Golpe civil-

militar? Sua atuação, enquanto corporação, é passível de ser entendida como fruto de um *intelectual coletivo*?

Vejamos, Gramsci (2011, p. 64) diz que todo grupo social fundamental tende a criar, para si, uma camada de intelectuais responsáveis por fornecer o elemento do *consenso* na consagração de uma dada proposta societal cujos alicerces perpassam, inevitavelmente, o consentimento - passivo ou ativo - das demais frações da burguesia e do classe oposta, o proletariado.

Tendo como base a convicção de que o Golpe de Estado perpetrado foi o ápice de uma (re) construção hegemônica, temos que identificar quais os atores estavam subjugados nesta emenda e quais eram conexos umbilicalmente. A reflexão que propomos é a de que a atuação conjunta da tríade (partidos políticos de direita, Chicago Boys e Forças Armadas) não é mera *aparência* mas resgata algo mais profundo. O enraizamento das propostas hegemônicas, quais sejam as frações/classes que as liderem, não está restrito ao apelo civil da sociedade, mas tem fruições diversas na esfera militar.

O entrelaçamento que se observa, ao menos no ato da derrubada de Allende, entre estes segmentos explicita, em nosso ver, uma determinada forma de conceber as Forças Armadas, qual seja: não é possível entendê-la como uma organização/Instituição estanque onde "o fenômeno militar é auto-explicável, tendo entre seus traços mais salientes, (...) a centralização do aparelho militar, cuja expressão maior desse processo e do conceito [o da leitura metodológica *institucional-organizacional*¹] é seu deslocamento das influências civis." (CUNHA, 2014, p. 27) Entendemos que os militares, por fazerem parte das relações sociais, estão presentes nos embates políticos e culturais de forma à que se constituam como parte integrante do todo e não algo em separado. "Portanto, não é uma expressão que se move de maneira autóctone, tendo em seu interior representantes políticos ou militantes, refletindo tensões da sociedade civil e a política." (*Ibidem*, p. 26)

¹ Cabe ressaltar as importantes, e pioneiras, contribuições de Edmundo Campos Coelho em seu livro *Em busca da Identidade*, e Alain Rouquié com sua rica exposição acerca n'*Os Partidos Militares no Brasil*.

Se o constructo teórico-prático da burguesia chilena pode avançar como uma nova proposta de *consenso* entre as mais diversas frações internas, podemos averiguar se a participação das Forças Armadas não foi, em verdade, também movida por esta mesma ideologia de liberalismo exacerbado, que é o amálgama necessário para a solidificação desta "reformulação" da ordem e do *status quo*. No sentido em que intervieram em favor de uma dada reorganização das relações sociais e de ajustes nos mecanismos de produção da subsistência humana (econômicos, melhor dizer), acreditamos que podemos colocá-los sob a qualidade de *intelectuais orgânicos do capital*.

Pensamos que uma afirmação desta natureza quer trazer à tona dois eixos: 1) de um lado, afirmar que não estão distantes e separados das disputas entre as classes sociais fundamentais; 2) de outro, que são *orgânicos* na medida em que sua atuação interfere na forma da reprodução da vida, da valorização do capital e na luta de classes. Afinal, "esses intelectuais não se limitam a ser apenas os técnicos da produção, mas também emprestam à classe economicamente dominante a consciência de si mesma e de sua própria função, tanto no campo social quanto no campo político. Dão homogeneidade à classe dominante e à sua direção", isto é, "todo grupo social, quando se afirma no campo econômico (...) deve elaborar sua própria hegemonia política e cultural". (GRUPPI, 2000, p. 80) Neste sentido o intelectual "é o quadro da sociedade; mais exatamente, o quadro de um aparato hegemônico". (GRUPPI, 2000, p. 82)

Em um outro momento, Antonio Gramsci, diz que a distinção entre *sociedade civil* e *sociedade política* deve ter um caráter *metodológico* no sentido de contribuir para que a exposição da reflexão teórica tenha uma maior clareza. No entanto, ao fazer esta menção, o sardenho não está somente indicando um "proceder investigativo" senão que expondo uma crítica aos liberais, que, no seu todo, advogam a cisão *orgânica* entre estas duas dimensões². Esta cisão tem como reflexo um não entendimento da

² Marx, em *A questão Judaica* e também *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, explicita de maneira ímpar a forma como os liberais construíram esta tese do Estado (sociedade política para Gramsci) distinto e separado da sociedade civil. A ideiação do mesmo como um ente superior descansa, entre outras razões, sobre o entendimento de que funciona como "regulador" entre os interesses pessoais e de grupo.

reciprocidade entre as referidas dimensões ocasionando uma perda analítica que prejudica em conceber o Estado como parte das relações sociais, por isso permanentemente em disputa e, tão logo, instrumento de poder para qualquer que seja o grupo social fundamental.

Acontece que nos *embates hegemônicos*, entre burguesia e proletariado, Gramsci também é muito sagaz ao indicar que a história dos grupos dominantes se realiza no Estado ou envolto ao mesmo. Por outra parte, a história dos grupos subalternos é esporádica e episódica, corroborando para a ineficácia de intervenção na história concreta. Assim, seus desmedidos esforços por organizar-se, *fazer-se classe feito partido*, é, paulatinamente, obstruído pelos ataques sistemáticos da burguesia.

Seguindo as reflexões do comunista italiano (2011, p. 262), avistamos que dentre este emaranhado à qual corresponde o debate sobre hegemonia, que está imbricado com a questão da sociedade política (*grosso modo*, o Estado), vemos que ele faz uma vigorosa diferenciação entre as sociedades mais desenvolvidas e complexas, caso típico das ocidentais, e as mais atrasadas. Ao referir-se ao primeiro caso, dia ele que a sociedade é tudo e o Estado é nada, ao passo que na segunda é o inverso que predomina. Isto quer dizer que na forma de concreção de uma determinada formação sócio-econômica, importa saber e especificar as variadas camadas de proteção e enraizamento ideológico de que a fração hegemônica no *bloco histórico* têm disponível. Argumenta que entre o Estado (sentido abstrato) e a sociedade, há uma série de mecanismos que existem para manter um determinado consenso e evitar que as crises econômicas (mas também políticas ou militares) atinjam de modo direto o conjunto da sociedade e crie *fissuras* irreversíveis. Nas sociedades atrasadas, um mínimo abalo pode ocasionar fraturas no *bloco histórico*, e em seus procedimentos (aparelhos privados de hegemonia), cujas conseqüências podem tornar-se irrevogáveis.

Contudo, argumenta que há uma mudança importante que o movimento operário (e demais organizações que visem uma nova hegemonia) deve se atentar: a forma de proceder na disputa deve deixar de ser aquelas de estilo *putschistas* e/ou *catastrofistas*, isto é, vinculadas essencialmente ao que ele

designa de *guerra de movimento*. Dado a complexidade, capacidade expansiva dos aparelhos privados de hegemonia e o profundo enraizamento ideológico, a disputa deve se dar, preferencialmente, em termos de *guerra de posição*. Ainda que não sejam duas esferas estanques, a *guerra de posição* é um caminho necessário de conquista de espaços e postos imprescindíveis na estrutura social cujo enredo final, por motivos de não aceitação da burguesia, deverá ser uma *guerra de movimento*, armada³.

Toda esta exposição do raciocínio de Gramsci acerca das questões referentes ao Estado nos servem, basicamente, para demonstrar que a discussão não é de veras simples e muito menos deve ser simplificada. Entendemos que o debate metodológico sobre o estudo das Forças Armadas, no qual compreende-se a *visão instrumental*⁴ e a *visão institucional-organizacional*, está inscrito neste outro mais amplo e versa, essencialmente, sobre uma problemática fundamental: são, as Forças Armadas, um instrumento de poder no Estado ou, então, um poder dentro do Estado?

Poderíamos ser diretos na resposta e apontar a nossa: é um instrumento de poder no Estado. Porque afirmaríamos desta maneira? Compreendemos que, segundo uma *visão instrumental*, é impossível considerar a atuação das Forças Armadas de modo estanque e auto-explicativa. Logo, por estar vinculada à esfera da super-estrutura, isto é, à dimensão da *sociedade política*, a Instituição também é mediada pelas relações sociais e envoltas, ativa ou passivamente, nos *embates hegemônicos*.

Grosso modo, neste demarcado debate podemos identificar que o grupo em defesa da visão instrumental se vale do entendimento das Forças Armadas como um instrumento de poder no Estado, isto é, como a expressão militar da hegemonia burguesa, o que corresponde a dizer que estão, em maior ou menor grau, imbricados na proposta hegemônica como parte interessada. De outro lado, os de visão institucional-organizacional compreendem a corporação militar como algo monolítico, cuja forma de se averiguar deve ser em si mesma, por isso constitui um poder dentro do Estado. O movimento autóctone de

³ Ver GRAMSCI, 2011, p. 24

⁴ Insere-se aqui, nesta vertente, o estudioso marxista Paulo Ribeiro da Cunha, o também marxista Nelson Werneck Sodré e outro de mesma corrente, o João Quartim de Moraes.

comando e hierarquia garantem aos militares exercerem uma pressão "externa" (no sentido de não pertencimento) ao Estado em busca de seus interesses. No primeiro caso, o que se verifica é que os militares realizam suas demandas na proporção direta de sua íntima conexão com a proposta hegemônica. Agem, portanto, em conluio.

O CASO CHILENO: INSTRUMENTO DE PODER NO ESTADO OU PODER DENTRO DO ESTADO?

Um dos autores que partem da concepção da corporação enquanto instrumento de poder é Hernán Ramírez Necochea, em sua síntese da história das Forças Armadas no Chile ("Las Fuerzas Armadas y la Política en Chile: 1810-1970). O eixo dinâmico da reflexão do chileno é que, diante da possibilidade de haver um militarismo exacerbado, em decorrência dos caudilhos políticos com "forças armadas" próprias, a constituição e concepção da estrutura militar chilena se deu sob dois fundamentos: a) que as Forças Armadas fossem profissionais para evitarem tomarem lado na contenda social, ou seja, de intervirem e interferirem na marcha política da República; b) entretanto, paradoxalmente, que não fossem "neutras" mas que reivindicassem a ordem e o *status quo* estabelecido pelas frações dominantes.

Depois de um período de intensa disputa entre os "caudilhos" políticos assume, em 1830, a aristocracia como fração hegemônica alocada no Estado sob liderança, para assuntos militares, de Diego Portales. A tendência que se punha, para ele, era a de um governo forte e muito centralizado, evitando que quaisquer instituições, inclusive a Igreja, pudesse se tornar um perigo - "poder paralelo" - ao Estado⁵.

Pode-se afirmar que as idéias consagradas neste período é uma continuação daquelas expostas ainda no período de dominação espanhola,

⁵ "En el fondo, lo que se planteaba era la creación lisa y llana de nuevas fuerzas militares, diferentes en su espíritu, organización y funcionamiento de las que fue preciso levantar durante la lucha por la independencia y que todavía, en cierta medida, continuaban existiendo en 1830. Tales fuerzas debían reflejar con propiedad las nuevas características que empezaba a tomar el Estado nacional. Además, debían acomodarse a la situación de hegemonía completa que adquiriría la aristocracia." (NECOCHEA, 2007, p. 492)

onde as relações entre as "esferas" da vida social, aí incluída a religiosa e a militar, deveriam estar subordinadas integralmente às forças sociais que comandavam o Estado. Em poucas palavras, ficou restrito às forças armadas o papel de instrumento do Estado por onde este realiza as políticas orientadas pelas frações de classe no poder. Determinou-se, categoricamente, a restrição de autonomia das mesmas enquanto corporação, retirando-lhes a faculdade de ingerir em assuntos distintos e objetivos corporativos⁶.

A burguesia, grosso modo, adotava a mesma postura dos aristocratas em relação a posição do Exército e sua funcionalidade no seio do Estado e nas relações sociais. Para Necochea, a atitude coincidente das distintas classes dominantes, burguesia e aristocracia, possibilitou que o Exército permanecesse frágil e débil perante a Guardia Nacional⁷ até 1878.

Os anos que se seguiram após a Guerra do Pacífico, 1879, são marcados por grandes mudanças na estrutura militar e elas são provenientes de diversos fatores: tanto problemas de carácter internacional (defesa da soberania e das fronteiras com os países vizinhos), como internos (de ordem político-social), e também referentes aos avanços tecnológicos no ramo militar. Formando parte deste conjunto de mudanças estruturais, está a ascensão do proletariado enquanto classe. Sua presença e seu crescimento organizativo reclamou às frações dominantes aumentar o aparelho repressivo do Estado para conter o movimento operário e suas manifestações⁸.

Estas mudanças fortaleceram a posição dos membros da caserna a atuarem como um grupo de pressão sobre o governo, dado que era consensual

⁶ "Esto es, se les fijó un marco de responsabilidades eminentemente políticas, pero limitado y pasivo u obediente con respecto a quienes ejercían la dirección política total del Estado; llegaron pues a tener un papel político -consustancial a su calidad de órganos del Estado- caracterizado por el manejo concreto de los más importantes instrumentos de coerción estatal y por el predominio de lo que pudiera estimarse una ética de abstención a actuar por sí misma y de subordinación al poder constituido." (*Ibidem*, p. 496-97)

⁷ Criada em meados da década de 1830 como forma de assegurar que os militares se valessem do uso exclusivo de armas em favor de alguma classe. Era uma instituição majoritariamente civil com status militar e foi dissolvida somente nas reformas realizadas nas primeiras duas décadas do século XX.

⁸ "Por otra parte y precisamente como consecuencia de la participación cada vez más activa de las masas populares en la vida política -sobre todo después del establecimiento del sufragio universal en 1888 y de la aparición de partidos políticos y organizaciones sindicales de trabajadores- se visualizó el servicio militar obligatorio instaurado en 1900 como una especie de 'escuela de civismo y de patriotismo' y, por lo mismo, como un mecanismo que podría influir 'positivamente' sobre el comportamiento político de quienes habían pasado por los cuarteles y, a la vez, inducirlos a actuar en conformidad a la ideología castrense que se había tratado de inculcarles." (*Ibidem*, p. 509)

entre eles que houvesse uma melhora constante no ambiente de trabalho e nas ferramentas (armamentos e espaços físicos) utilizadas. Grande parte desta pressão estava assentada em uma política armamentista defendida, até certo ponto, por civis e muito estimulada pelas forças armadas. Entendiam que só assim poderiam estar preparados para uma possível coalizão de forças da Argentina, Bolívia e Peru. Para Necochea, esta política armamentista marca um divisor de águas na composição forças armadas no Chile⁹.

Em conseqüência, temiam a frações hegemônicas, que esta reestruturação das forças militares pudessem implicar em um menosprezo, por parte deles, à unidade monolítica até então conformada, que expressava obediência e uniformidade na resposta ao comando dos civis. Por outra parte, os temores estavam vinculados ao fato de que os militares tinham exclusividade no manejo de armamentos cada vez mais complexos e dispunham de somas crescentes de verbas estatais que nada, na esfera governamental, poderia contrapor. Isso poderia facilitar a transição de concepção dos militares de instrumento do Estado para um poder dentro do Estado, acarretando uma ameaça de militarismo evidente. Como forma de evitar que os militares desenvolvessem um sentimento de casta e uma atuação corporativa na marcha da vida republicana, é que as reformas foram acompanhadas de inovações educacionais e ideológicas visando a neutralização deste possível militarismo.

Outrossim, as frações dominantes transferem às forças armadas uma dada concepção de mundo que visa conectar os elementos civis e os militares, ponderando a necessidade de ajustar-se à estrutura militar, mas também de identificar e manter o que há de comum entre as diversas frações dominantes em disputa intestina, isto é, eliminar as interferências políticas possíveis e

⁹ "Por lo dicho se puede apreciar cómo, en un país en que el civilismo aparecía con caracteres singularmente acusados, las clases dirigentes produjeron -o se vieron compelidas a producir- un inusitado desarrollo de las fuerzas armadas. Se rompió así un esquema militar que se había establecido en los albores de la República y que obedeció, durante mucho tiempo, a motivaciones de carácter político-social y a prevenciones contra cualquier asomo de militarismo. Todo ello, si bien satisfacía necesidades e intereses importantes, entrañaba también serios riesgos para la subsistencia de un sistema político en que los militares habían sido relegados a sus labores exclusivas." (*Ibidem*, p. 513-14)

incutir o *denominador comum* das classes dominantes¹⁰. "Es decir, dicha concepción unitaria tenía que coincidir con la que convenía a los sectores interesados en la estabilidad y perdurabilidad del régimen burgués", isto é, " en Chile hubo el claro designio de producir y luego de mantener la más estrecha articulación de las fuerzas armadas al régimen político-social establecido, del que no podían ser otra cosa que su expresión militar." (*Ibidem*, p. 523)

Na prática, adverte o comunista chileno, através de dispositivos legais, o Estado sempre buscou conferir às forças armadas uma autonomia parecida com a que gozavam alguns outros setores administrativos do mesmo Estado. Esta autonomia foi prezada por diversos presidentes afim de impedir que quaisquer eventuais problemas políticos pudessem interferir na cadência dos quartéis. "En todo caso, implicaba una muy frágil concesión política al espíritu que tendía a consolidarse en esas fuerzas." (*Ibidem*, p. 522)

Exposta esta "ideologia militar", pode-se aventar que muitos dos seus elementos componentes eram claramente contraditórios entre si. Alguns de raiz reacionária, tradicionalista, não concordavam com as aspirações e métodos democráticos de decisão reivindicados por parte da população. Deste ponto de vista, a ideologia em si estava sedimentada na necessidade de manter as forças armadas como um bloco monolítico que impossibilitasse sua oscilação de acordo com os variados interesses político-sociais demandados por diferentes frações em disputa na sociedade. Representava uma vigorosa tentativa de substituir a consciência de cidadão pela de soldado, afim de mantê-lo preso à neutralidade e imparcialidade de ação¹¹.

¹⁰ "En Chile, como en todas partes, las fuerzas armadas han sido incapaces de generar una ideología. Esto es, no han podido dar formas a un conjunto coherente de ideas fundamentales relativas a la sociedad en general, a los diversos, complejos y variables elementos constitutivos de la estructura social, incluidos los de orden político y también los que conciernen a las propias fuerzas armadas. Justamente por ello es que lo que pudiera llamarse la ideología militar contiene exactamente los elementos que las fuerzas hegemónicas de cada sociedad y de cada época han transmitido, con particulares modalidades, a los cuerpos militares." (*Ibidem*, p. 523)

¹¹ "Las fuerzas armadas, entonces, quedaron insertas en el esquema de la lucha de clases y situadas en la barricada de las clases dominantes; por esto no fueron ni pudieron ser neutrales frente al conflicto social. (...) se trató de inmunizarlas contra cualquier receptividad o simpatía hacia doctrinas consideradas subversivas, dañinas para el 'orden natural' de las cosas y a las que se descalificaba como 'exóticas' y contrarias a las tradiciones nacionales." (*Ibidem*, p. 529)

Em resumo, diz Necochea, as classes dirigentes pensaram para as forças armadas as seguintes características: a) Sentimento profissional robusto e uma consciência da especificidade de suas funções e atribuições suficientemente sólida para marginalizá-los da luta política; b) Um caráter genericamente conservador que os identificasse, por completo, com a estrutura sócio-política da ordem.

Este comportamento de afeição à ordem e à Constituição rendeu, ao Exército, diversos generais e demais oficiais cujas matizes teóricas e posturas éticas eram pautadas, fidedignamente, pelo constitucionalismo e/ou legalismo. Comandantes-em-chefe como Novoa, Arraigada, Schneider e Prats são exemplos disto. Completa:

No obstante lo expuesto, es preciso reconocer que a pesar de su vigor y gravitación, esa ideología no fue suficiente - ni podía serlo- para ahogar la conciencia política de jefes, oficiales y suboficiales, para dejarlos indiferentes frente al acontecer político nacional o internacional, para impermeabilizarlos respecto de las corrientes ideológicas que operaban en Chile o en el exterior y para, en última instancia, convertirlos en marginados totalmente del país, del mundo e de la época. (*Ibidem*, p. 533)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de exposto todos os argumentos e mediações que julgamos necessários, entendemos ser possível elencar algumas possíveis reflexões. No momento do Golpe de Estado, em 1973, a composição teórico-política ficou à cargo dos Chicago Boys, mas, com a complacência dos militares. Ao expormos os vínculos entre estes e as classes sociais fundamentais, no intuito de deixar evidente a recíproca influência interno/externo, tínhamos o objetivo de demonstrar que eles agiram como *intelectuais orgânicos do capital* na medida em que contribuíram para a formulação, planejamento e execução deste plano de ação violento, expressão do novo *consenso* burguês.

Aviltamos, mediante a discussão metodológica de Gramsci e dos estudiosos das Forças Armadas, que há íntimas conexões entre o elemento civil e o militar, cuja *essência* poderíamos indicar no "encontro" de teorias

sociais, fornecedoras de uma ideologia, quais sejam: o *positivismo* das Forças Armadas (expresso nos conceitos de *progresso, ordem, educação profissional*) e o *monetarismo* dos Chicago Boys. Acreditamos que a tríade formada para o Golpe se deve, em grande parte, ao *elemento em comum* que ambas correntes preconizam: o *tecnicismo* (ou *tecnocracia*) como fonte de orientação para atuação prática no cotidiano e como repositório científico.

BIBLIOGRAFIA

- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- CUNHA, Paulo R. **Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa.** - 1ª ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol. 3.** Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRUPPI, L. **Conceito de Hegemonia em Gramsci.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Luiz Werneck Vianna. – 4ª ed. – Rio de Janeiro, Edições Graal, 2000.

LORENA, Elton R. Breves anotações sobre o princípio da crítica marxiana ao Direito. **Aurora**, Marília, n. 4, p. 27-36, 2009.

MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil**: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Siciliano, 1991. vol. 1

_____. **A esquerda militar no Brasil**: da coluna à comuna. São Paulo: Siciliano, 1994. vol. 2

NECOCHEA, Hernán R. **Obras Escogidas volumen II**: Antecedentes económicos de la Independencia de Chile; Origen y formación del Partido Comunista de Chile; Las Fuerzas Armadas y la Política en Chile (1810-1970). - 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones, 2007.

ROUQUIÉ, Alain. (org.) **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. - 2ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2010.